

Notas Explicativas Seleccionadas às Demonstrações Contábeis Intermediárias
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A. (BRADESPAR, Companhia ou Controladora), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 9º andar, São Paulo - SP, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia e siderurgia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS

Apresentamos as demonstrações contábeis intermediárias condensadas, individuais (Controladora) e Consolidadas da BRADESPAR, que inclui as empresas BRADESPAR e ANTARES, e suas controladas BRUMADO e MILLENNIUM, em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB - *International Accounting Standards Board* e implantada no Brasil através do CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Os CPCs utilizados foram aprovados e requeridos pela CVM.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos períodos. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 11 de novembro de 2014, data de aprovação das demonstrações contábeis intermediárias pelo Conselho de Administração.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas seguem os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

a) Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas condensadas refletem os saldos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Para a controlada de controle compartilhado, o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	30.9.2014	31.12.2013
- ANTARES	100,00	100,00
- BRUMADO	100,00	100,00
- MILLENNIUM	100,00	100,00

b) Informações por segmento

A BRADESPAR é uma *holding* que tem por objeto social e único segmento de negócio a participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

As estimativas contábeis relevantes são as mesmas que foram adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

5. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB já aplicado a partir de 1º de janeiro de 2014, e que não geraram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IAS 32 – Instrumentos Financeiros - Apresentação: objetiva esclarecer requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial;
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos: detalha requerimentos de divulgações da mensuração do *impairment* de ativos não financeiros;
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração: define que não há necessidade de descontinuar um *hedge accounting*, quando um derivativo de *hedge accounting* é renovado por um novo derivativo, desde que sejam atingidas certas condições; e
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados: houve atualização da norma, objetivando simplificar o tratamento contábil das contribuições realizadas pelos empregados e por terceiros, em planos de benefícios definidos. A alteração passou a ser requerida a partir de 1º julho de 2014.

b) Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação em períodos futuros:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: há alteração (i) na classificação dos ativos financeiros; (ii) nos requerimentos de passivos financeiros; (iii) nos requerimentos de *hedge accounting*; e (iv) nos requerimentos de *impairment* de ativos financeiros. A norma entrará em vigor em 2018, em substituição à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: há alterações na maneira de reconhecer a receita das empresas. A norma entrará em vigor em 2017, em substituição à IAS 18 e à IAS 11.

Os efeitos destes Pronunciamentos estão sendo analisados e mensurados pela Administração e não deverão gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, os pronunciamentos técnicos contábeis correlacionados, tanto da IFRS 9 quanto da IFRS 15, ainda não foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

6. GESTÃO DE RISCOS

No período, não houve mudança em relação às políticas de gestão de riscos divulgadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.9.2014	31.12.2013	30.9.2014	31.12.2013
Disponibilidades em moeda nacional	27	2	1.042	975
Fundos de investimento financeiro	172.771	139.596	207.538	257.703
TOTAL	172.798	139.598	208.580	258.678

8. RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscreveu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe “C” emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

- a) Não possuem direito de voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;
- b) Fazem jus a dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16% a.a.;
- c) São resgatáveis semestralmente entre maio de 2011 e novembro de 2015; e
- d) Não são conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Em 30 de setembro de 2014, a BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO possuíam 9.547.991 ações preferenciais resgatáveis classe “C”, que correspondiam a R\$ 553.696 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 807.338), sendo que R\$ 403.625 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 507.196) estão registradas no Ativo Circulante e R\$ 150.071 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 300.142) no Ativo não Circulante.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo atualizado dos juros a receber das ações preferenciais resgatáveis da BRADESPAR e de sua controlada indireta BRUMADO, correspondia a R\$ 36.370 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 20.222).

9. INVESTIMENTOS

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de “Resultado de Equivalência Patrimonial” e corresponderam, na Controladora, no período de nove meses de 2014, a R\$ 354.769 (30 de setembro de 2013 – R\$ 876.128) e, no 3º trimestre de 2014, a R\$ (173.111) (3º trimestre de 2013 – R\$ 479.741); e no Consolidado, no período de nove meses de 2014, a R\$ 248.607 (30 de setembro de 2013 – R\$ 780.613) e, no 3º trimestre de 2014, a R\$ (213.994) (3º trimestre de 2013 – R\$ 441.836).

b) As participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da Controladora são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)	Quantidade de Cotas Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)			
				ON			30.9.2014	31.12.2013	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
ANTARES (3)	322.700	1.080.925	106.162	-	322.700	100,000	1.080.925	1.123.009	40.883	37.905	106.162	95.515
VALEPAR (2) (3)	10.078.589	48.716.793	1.425.333	275.966	-	17,442	8.497.183	8.306.835	(213.994)	441.836	248.607	780.613
Total							9.578.108	9.429.844	(173.111)	479.741	354.769	876.128

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Controlada de Controle Compartilhado; e

(3) A empresa teve suas informações referentes a 30 de setembro de 2014 revisadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Composição dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial do Consolidado:

Empresa	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)			
	30.9.2014	31.12.2013	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
- VALEPAR	7.426.028	7.398.935	(213.994)	441.836	248.607	780.613
- VALEPAR - ajuste reflexo (2)	1.071.155	907.900	-	-	-	-
Total Geral	8.497.183	8.306.835	(213.994)	441.836	248.607	780.613

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

10. DEBÊNTURES A PAGAR

Em 2013, a BRADESPAR efetuou a quinta emissão pública de 100.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 1.000.000, com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 6 de julho de 2015. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,3% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo atualizado correspondia a R\$ 1.132.131 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 1.045.686).

11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS – R\$ 10.263 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 9.981): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) – R\$ 2.224 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 2.163): A Companhia pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

As empresas que compõem o Consolidado são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I) Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPLAN. Em 30 de setembro de 2014, o valor atualizado correspondia a R\$ 26.905 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 39.924), a variação do período, corresponde, basicamente, a baixa de processos que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários, conforme Lei nº 12.996/14.

No saldo de depósitos judiciais em 30 de setembro de 2014, está incluído o montante de R\$ 5.227 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 22.486) relacionado à COFINS, que deverá ser restituído pela RFB (Receita Federal do Brasil), relativo ao processo acima mencionado.

II) Obrigações legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante às boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

A principal questão é:

- COFINS – R\$ 11.148 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 10.815): A Companhia pleiteia calcular e recolher a COFINS, referente a Liminar de 2001, o qual não faz parte do REFIS divulgado abaixo, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

A BRADESPAR, com base na Lei nº 12.996/14 e na Medida Provisória nº 651/14, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS-Liminar 2004) para quitação de débitos relativos ao Processo Judicial em que a Companhia pleiteia a não inclusão, nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Tendo em vista as condições diferenciadas de pagamento, proporcionadas pelo REFIS, para quitação dos débitos, R\$ 134.376 foram pagos mediante utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 105.581 em moeda corrente.

III) Movimentação das provisões e obrigações legais

	Controladora e Consolidado	
	30.9.2014	31.12.2013
Saldo no início do período	327.664	274.968
Constituições líquidas de reversões e baixas (1)	(26.936)	36.041
Atualização monetária	15.131	16.655
Pagamentos (1)	(277.757)	-
Saldo no final do período	38.102	327.664

(1) Inclui, basicamente, a baixa do processo de PIS e COFINS, que foi objeto de adesão ao programa de quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis. A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elétron S.A. (ELÉTRON) contra a Companhia e a Litel Participações S.A. (LITEL), no qual a ELÉTRON requer o reconhecimento de seu direito de: (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da VALEPAR, que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias; e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 3 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral, com base na sentença parcial anterior, decidiu, por maioria, que a BRADESPAR e a LITEL estão obrigadas a: (i) proceder à venda de ações da VALEPAR à ELÉTRON, pelo valor de R\$ 632.007, que deverá ser corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data do efetivo pagamento; e (ii) recompor os dividendos e os juros sobre o capital próprio, distribuídos pela VALEPAR, a partir de 12 de junho de 2007, cujo montante, em 30 de setembro de 2014, correspondia a R\$ 203.696, já corrigido pelo CDI. O pedido de indenização por perdas e danos foi rejeitado pelo Tribunal Arbitral. A Companhia ingressou com ação nulatória da sentença arbitral na comarca do Rio de Janeiro. Em 11 de abril de 2014, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido de anulação da sentença arbitral formulado pela Bradespar, mas a demanda ainda será levada à apreciação do Tribunal da Justiça e considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 30 de setembro de 2014.

Em 24 setembro de 2014, foram julgados cinco recursos relacionados à arbitragem, dentre os quais a apelação interposta pela Bradespar contra a sentença que julgou improcedente o seu pleito anulatório. A sentença foi mantida em segunda instância. Contra o acórdão, foram opostos embargos de declaração que ainda não foram apreciados pelo Tribunal de Justiça.

Após o julgamento dos embargos de declaração, ainda será possível a interposição de recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, bem como será reexaminada a probabilidade de êxito.

A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, é parte em um processo junto à Receita Federal do Brasil, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e consequente extinção, em montante superior ao limite de 30%, imposto pela Lei nº 8.981/95, cuja totalidade do processo em 30 de setembro de 2014, correspondia a R\$ 213.251 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 186.129), sendo R\$ 157.067 para o imposto de renda (31 de dezembro de 2013 – R\$ 137.091) e R\$ 56.184 para a contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2013 – R\$ 49.038).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social da Bradespar era de R\$ 4.100.000, totalmente subscrito e integralizado, dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais.

Em reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2014, deliberou-se a renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, mantendo as mesmas quantidades, sem redução do capital social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 1.500.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

b) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

O Conselho de Administração da Bradespar, em reunião realizada em 28 de abril de 2014, aprovou proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas da Companhia, da 1ª parcela da remuneração anual mínima, no valor de US\$ 125.000, que corresponde ao montante de R\$ 279.063, considerando a cotação do dólar de venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, em 25 de Abril de 2014, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 123.000, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,330422717 (R\$ 0,280859309 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,363464990 (R\$ 0,308945242 líquido do imposto de renda na fonte); e
- Dividendos, no valor de R\$ 156.063, sendo R\$ 0,419240612 por ação ordinária e R\$ 0,461164674 por ação preferencial.

Os pagamentos foram efetuados em 15 de maio de 2014, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 28 de abril de 2014.

13. TRIBUTOS A COMPENSAR OU A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

I) Controladora

a) Os impostos a compensar e a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos, no montante de R\$ 169.928 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 139.083).

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Trimestres		Períodos	
	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(166.337)	476.219	310.253	860.076
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	56.555	(161.915)	(105.486)	(292.426)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controladas e controladas de controle compartilhado, tributadas nas empresas correspondentes	(58.858)	163.112	120.621	297.884
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	11.594	6.527	18.749	19.825
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	-	-	(75.315)	(73.172)
Juros sobre o capital próprio (pagos)	-	-	41.820	44.200
Créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14 (nota 11b – II Obrigações legais)	134.376	-	134.376	-
Outros valores	1.772	(2.411)	(389)	(3.708)
Imposto de renda e contribuição social do período	145.439	5.313	134.376	(7.397)

c) Créditos tributários não ativados

Em 30 de setembro de 2014, os créditos tributários não ativados totalizavam R\$ 359.402 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 493.388), os quais não apresentavam perspectivas de realização para sua ativação.

II) Consolidado

- a) Os impostos a compensar e a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos, no montante de R\$ 177.503 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 146.974).
- b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Trimestres		Períodos	
	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(166.037)	476.649	312.291	860.735
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	56.453	(162.061)	(106.179)	(292.650)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controladas de controle compartilhado, tributadas nas empresas correspondentes	(72.758)	150.224	84.526	265.408
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	17.708	12.608	35.656	37.166
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	-	-	(75.315)	(73.172)
Dividendos (recebidos)	7.540	6.483	17.679	14.625
Juros sobre o capital próprio (pagos)	-	-	41.820	44.200
Créditos tributários ativados com base na Lei nº 12.996/14	134.376	-	134.376	-
Outros valores	1.820	(2.371)	(225)	(3.633)
Imposto de renda e contribuição social do período	145.139	4.883	132.338	(8.056)

- c) Créditos tributários não ativados

Em 30 de setembro de 2014, os créditos tributários não ativados totalizavam R\$ 397.709 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 531.823), os quais não apresentavam perspectivas de realização para sua ativação.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	Trimestres		Períodos	
	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Receita de aplicações financeiras	6.362	4.331	17.341	13.936
Despesas com juros das debêntures	(31.602)	(22.231)	(86.402)	(56.424)
Outros	949	(2.479)	(3.965)	(5.503)
Total	(24.291)	(20.379)	(73.026)	(47.991)

	Consolidado			
	Trimestres		Períodos	
	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Receita de aplicações financeiras	8.248	5.660	23.672	16.093
Despesas com juros das debêntures	(31.602)	(22.231)	(86.402)	(56.424)
Outros	195	(2.415)	(3.721)	(5.276)
Total	(23.159)	(18.986)	(66.451)	(45.607)

15. PARTES RELACIONADAS

- I) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

a) BRADESPAR

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)			
	30.9.2014	31.12.2013	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Juros de ações resgatáveis, dividendos e juros sobre o capital próprio:						
- VALEPAR	524.650	340.388	4.621	18.840	247.152	273.699
- ANTARES	-	1.087	-	-	-	-
Ações resgatáveis:						
- VALEPAR	113.650	367.292	-	-	-	-

b) ANTARES

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)			
	30.9.2014	31.12.2013	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Dividendos:						
- BRUMADO	-	950	-	-	-	-
- BRADESPAR	-	(1.087)	-	-	-	-

c) BRUMADO

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)			
	30.9.2014	31.12.2013	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Juros de ações resgatáveis:						
- VALEPAR	28.900	11.021	17.879	17.879	50.662	50.928
- ANTARES	-	(950)	-	-	-	-
Ações resgatáveis:						
- VALEPAR	440.046	440.046	-	-	-	-

d) VALEPAR

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)			
	30.9.2014	31.12.2013	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Juros de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:						
- BRADESPAR	(524.650)	(340.388)	(4.621)	(18.840)	247.152	(273.699)
- BRUMADO	(28.900)	(11.021)	(17.879)	(17.879)	(50.662)	(50.928)
Ações resgatáveis:						
- BRADESPAR	(113.650)	(367.292)	-	-	-	-
- BRUMADO	(440.046)	(440.046)	-	-	-	-

II) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.200 para remuneração dos Administradores.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Trimestres		Períodos	
	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Proventos	1.248	576	2.208	1.624
Contribuição ao INSS	250	115	442	325
Total	1.498	691	2.650	1.949

Obrigações de aposentadoria

	Trimestres		Períodos	
	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida	-	-	-	768

Outros benefícios

A BRADESPAR não possui benefícios pós-emprego ou de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho, de remuneração baseada em ações ou participações nos lucros para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	30.9.2014	31.12.2013
• Ações Ordinárias	0,6936%	0,6936%
• Ações Preferenciais	0,5690%	0,5708%
• Total de Ações	0,6127%	0,6139%

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

	Em 30 de setembro de 2014					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	172.798	-	172.798	208.580	-	208.580
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	121.120	-	121.120	590.066	-	590.066
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	965.854	965.854
Total dos Ativos	293.918	-	293.918	798.646	965.854	1.764.500

	Em 30 de setembro de 2014					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	1.132.131	-	1.132.131	1.132.131	-	1.132.131
Outras obrigações	25.587	-	25.587	25.587	-	25.587
Total dos Passivos	1.157.718	-	1.157.718	1.157.718	-	1.157.718

	Em 31 de dezembro de 2013					
	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	139.598	-	139.598	258.678	-	258.678
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	376.493	-	376.493	827.560	-	827.560
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	964.843	964.843
Total dos Ativos	516.091	-	516.091	1.086.238	964.843	2.051.081

	Em 31 de dezembro de 2013					
	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivos Financeiros						
Debêntures a pagar	1.045.686	-	1.045.686	1.045.686	-	1.045.686
Outras obrigações	25.887	-	25.887	25.887	-	25.887
Total dos Passivos	1.071.573	-	1.071.573	1.071.573	-	1.071.573

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros, registrados em contas patrimoniais, referem-se ao valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis possuídas, direta e indiretamente, na VALEPAR e aos investimentos indiretos na CPFL Energia, cujo custo histórico é de R\$ 73.145 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 73.145), sendo o valor de mercado de R\$ 965.854 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 964.843) e mais valia no valor de R\$ 892.709 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 891.698). As ações preferenciais resgatáveis são avaliadas pelo custo amortizado e estão demonstradas na Nota 8. Os investimentos na CPFL Energia são classificados em títulos disponíveis para venda pelo valor justo, com contrapartida no patrimônio líquido.

A BRADESPAR e suas controladas não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

b) Fluxo de caixa não descontado para passivos financeiros

Demonstramos a seguir o fluxo de caixa contratual a pagar, não descontado, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, demonstrado pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial.

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Total
Em 30 de setembro de 2014			
Debêntures a pagar	1.229.429	-	1.229.429
Em 31 de dezembro de 2013			
Debêntures a pagar	-	1.212.681	1.212.681

Os fluxos de caixa são estimativas preparadas pela Companhia e podem variar em relação a essa análise devido às oscilações no indexador ao qual está atrelado.

c) Análise de sensibilidade

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de Riscos	Definição	Cenários					
		30 de setembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(43)	(12.011)	(23.559)	(80)	(21.156)	(41.280)
Renda Variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(9.658)	(241.463)	(482.927)	(9.648)	(241.210)	(482.421)
Total sem Correlação		(9.701)	(253.474)	(506.486)	(9.728)	(262.366)	(523.701)
Total com Correlação		(9.663)	(243.224)	(486.366)	(9.639)	(239.734)	(479.473)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30 de setembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 11,79% a.a.;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30 de setembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 14,72% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30 de setembro de 2014 a taxa de juros prefixada de 1 ano aplicada foi de 17,67% a.a. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

17. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A Companhia considerou as mesmas premissas e metodologia de cálculo apresentadas na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2013, para mensurar o valor justo dos ativos e passivos do período.

A seguir apresentamos os ativos e passivos mensurados pelo valor justo:

	Em 30 de setembro de 2014	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos Financeiros		
Títulos disponíveis para venda	965.854	965.854
Total dos Ativos	965.854	965.854

	Em 31 de dezembro de 2013	
	Consolidado (1)	
	Valor contábil	Nível 1
Ativos Financeiros		
Títulos disponíveis para venda	964.843	964.843
Total dos Ativos	964.843	964.843

(1) A Companhia não possui ativos mensurados a valor justo com base nos níveis 2 e 3 e passivos de níveis 1, 2 e 3.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Valores a Receber, na Controladora, no montante de R\$ 517.237 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 332.274) e no Consolidado, no montante de R\$ 539.412 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 331.187) referem-se, substancialmente, à juros sobre o capital próprio a receber da VALEPAR;
- b) Outras Obrigações, na Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 26.007 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 27.712) referem-se, substancialmente, às frações de ações do grupamento deliberado na AGE de 30 de abril de 2004, que foram vendidas em leilão na BM&FBovespa, em 14 de julho de 2004, sendo que os valores foram creditados ou colocados à disposição dos acionistas;
- c) Despesas Gerais e Administrativas, na Controladora, referem-se à Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 2.904 no acumulado de nove meses de 2014 (30 de setembro de 2013 – R\$ 2.868) e R\$ 1.567 no 3º trimestre de 2014 (3º trimestre de 2013 – R\$ 761) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 1.979 no acumulado de nove meses de 2014 (30 de setembro de 2013 – R\$ 3.685) e R\$ 580 no 3º trimestre de 2014 (3º trimestre de 2013 – R\$ 1.223). No Consolidado, refere-se a Despesas de Pessoal, no montante de R\$ 2.904 no acumulado de nove meses de 2014 (30 de setembro de 2013 – R\$ 2.868) e R\$ 1.567 no 3º trimestre de 2014 (3º trimestre de 2013 – R\$ 761) e Outras Despesas Gerais e Administrativas, no montante de R\$ 1.988 no acumulado de nove meses de 2014 (30 de setembro de 2013 – R\$ 3.836) e R\$ 583 no 3º trimestre de 2014 (3º trimestre de 2013 – R\$ 1.227).
- d) Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:
- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - o parcelamento especial de Contribuição para o Pis/Pasep e à Cofins.

A referida Lei ainda não foi integralmente regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.

- e) Outras Receitas/Despesas, refere-se, basicamente, a reversão de provisão de obrigações fiscais, objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), para quitação de débitos tributários (Lei nº 12.996/14), no montante de R\$ 32.766.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração da Bradespar, em reunião realizada em 31 de outubro de 2014, aprovou proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas da Companhia, da 2ª parcela da remuneração anual mínima, no valor de US\$ 125,000, que corresponde ao montante R\$ 301.488, considerando a cotação do dólar de venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, em 30 de outubro de 2014, conforme segue:

- Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 185.000, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,496977257 (R\$ 0,422430668 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,546674984 (R\$ 0,464673736 líquido do imposto de renda na fonte); e
- Dividendos, no valor de R\$ 116.488, sendo R\$ 0,312927774 por ação ordinária e R\$ 0,344220552 por ação preferencial.

Os pagamentos serão efetuados em 14 de novembro de 2014, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia em 31 de outubro de 2014.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO

Apresentamos a seguir o sumário do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado divulgado pelas empresas VALEPAR e VALE, não representando a parcela proporcional da BRADESPAR:

BALANÇO PATRIMONIAL				
	VALE		VALEPAR	
	30.9.2014	31.12.2013	30.9.2014	31.12.2013
ATIVO				
Circulante	52.123.542	57.104.708	8.295	7.524
Não Circulante:				
Realizável a Longo Prazo	21.206.812	18.974.756	2.308.965	2.135.121
Investimentos	11.420.377	8.396.791	54.368.450	53.067.730
Imobilizado	199.428.213	191.308.239	-	-
Intangível	16.916.372	16.095.817	-	-
TOTAL	301.095.316	291.880.311	56.885.710	55.210.375
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante	25.483.510	22.517.296	4.605.493	3.863.489
Não Circulante	120.256.211	117.240.949	3.017.258	3.375.244
Patrimônio Líquido	155.355.595	152.122.066	49.062.959	47.971.642
TOTAL	301.095.316	291.880.311	56.885.710	55.210.375
Participação - Direta e Indireta	5,88%	5,88%	17,44%	17,44%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
	VALE				VALEPAR			
	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013	3º Trim/14	3º Trim/13	30.9.2014	30.9.2013
Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços	20.629.581	28.191.250	65.122.756	71.526.329	-	-	-	-
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(14.809.608)	(14.292.233)	(41.547.469)	(37.332.344)	-	-	-	-
Resultado Bruto	5.819.973	13.899.017	23.575.287	34.193.985	-	-	-	-
Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.204.144)	(3.028.605)	(7.912.817)	(7.465.782)	(523)	(6.055)	(145.626)	(110.735)
Resultado Financeiro Líquido	(7.790.313)	(1.250.236)	(7.591.226)	(8.925.875)	(86.477)	(152.008)	(281.201)	(463.056)
Resultado de Equivalência Patrimonial	74.362	292.732	1.075.190	738.677	(1.139.524)	2.679.117	1.925.931	5.049.257
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(4.100.122)	9.912.908	9.146.434	18.541.005	(1.226.524)	2.533.164	1.499.104	4.475.466
Imposto de Renda e Contribuição Social	749.743	(2.047.018)	(3.823.368)	(3.732.341)	(362)	-	(73.771)	-
Resultado/Prejuízo Líquido de Operações Descontinuadas	-	(28.472)	-	(120.918)	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Período	(3.350.379)	7.837.418	5.323.066	14.687.746	(1.226.886)	2.533.164	1.425.333	4.475.466

A VALE é uma sociedade por ações de capital aberto e, por consequência, arquiva suas informações junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desta forma, informações detalhadas sobre essa Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, podem ser obtidas diretamente junto à CVM, através do site www.cvm.gov.br.

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0